

RELATÓRIO DO SEMINÁRIO DISTRITAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

COMISSÃO ESPECIAL DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2024–2034 (PL 2614/2024)

Data: 17 de setembro de 2025 | Início: 10h37 | Término: 13h06

Local: Auditório do Centro Interescolar de Línguas de Guará (CILG)

Endereço: Qe 7 Ae Q, Guará I - Guará, DF, 71020-007

No dia 17 de setembro de 2025, foi realizado em Guará-DF o Seminário Distrital do Plano Nacional de Educação, promovido pela Comissão Especial do Plano Nacional de Educação (PNE) da Câmara dos Deputados responsável pela análise do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024. O evento ocorreu no auditório do Centro Interescolar de Línguas de Guará (CILG) e reuniu parlamentares, gestores públicos, professores, estudantes, representantes da sociedade civil e especialistas para contribuir com o debate do novo PNE.

A atividade correspondeu ao 27º seminário do cronograma da Comissão Especial, organizado em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEDF) e com o apoio do professor Israel Batista, ex-deputado federal e membro do Conselho Nacional de Educação.

A Deputada Federal Tabata Amaral, Presidente da Comissão Especial do PNE, conduziu a mesa, deu as boas-vindas e destacou que aquele era o último debate antes da primeira apresentação do relatório. Agradeceu a presença de todos, tanto dos convidados da mesa quanto dos demais participantes.

Em sua fala, afirmou que a educação não pode ser debatida apenas no Congresso, mas deve considerar, sobretudo, aqueles que a fazem diariamente. Reconheceu que os últimos dez anos foram desafiadores, marcados pela perda de recursos, pela pandemia e pela polarização política, culminando no descumprimento de mais da metade das metas do PNE atual. Diante disso, assumiu três compromissos: implementação rigorosa, com monitoramento e divulgação de resultados bienais — e, se possível, anual — com dados em tempo real; definição de custos, com orçamento maior do que o atual e com a atuação propositiva para garantir os recursos; e um debate sincero e transparente, capaz de produzir um plano factível. Por fim, defendeu a construção de convergências na educação, pautadas na realidade das pessoas, que possam resultar em políticas concretas, citando como exemplos a distribuição de absorventes nas escolas e o programa “Pé de Meia”

A Deputada Distrital Paula Belmonte afirmou-se honrada em participar do evento, parabenizou o trabalho e defendeu a convergência em prol da educação mesmo diante das divergências políticas. Apresentou a realidade do Distrito Federal, ressaltando a necessidade de priorizar a educação infantil diante da baixa taxa de acesso a creches e da importância da segurança alimentar. Destacou ainda a persistência de desafios de mobilidade, com estudantes percorrendo longas distâncias até a escola. Defendeu a promoção de cursos profissionalizantes e o cuidado com professores e gestores por meio da implementação de planos de carreira. Acrescentou que o DF, por possuir competências de Estado e de Município, pode funcionar como “grande observatório” do PNE e manifestou preocupação com a divisão do Fundo Constitucional entre segurança, saúde e educação, que pode deixar alguma dessas áreas desassistida.

O Deputado Distrital Gabriel Magno saudou e parabenizou o esforço empreendido no debate do PNE, ressaltando que a educação é o principal instrumento para o desenvolvimento nacional e para a garantia da democracia. Defendeu que o financiamento seja discutido com toda a sociedade e apontou a falta de profissionais, como porteiros, como um dos maiores problemas das escolas públicas. Defendeu ainda um currículo rico e inclusivo, que aborde temas

como educação sexual, violência, drogas e combate ao preconceito, e criticou a reforma do Novo Ensino Médio. Afirmou que a educação precisa enfrentar certos “espantalhos” e citou episódios em que houve pressão pela retirada do termo “gênero” de documentos oficiais. Reforçou a importância da gestão democrática e da educação integral, citando evidências de seus efeitos positivos no desempenho dos estudantes e no desenvolvimento econômico das cidades. Concluiu defendendo a valorização profissional, com salários adequados, melhores condições de trabalho e enfrentamento da realidade de contratos temporários.

A representante da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal - SEDF, Lívia Queiroz Rodrigues, explicou seu trabalho na gerência de planejamento e acompanhamento do Plano Distrital de Educação (PDE). Detalhou a estrutura do novo PNE, composto por 18 objetivos, 58 metas e 252 estratégias, e ressaltou que, embora numerosa, essa configuração auxilia na definição do cumprimento. Apontou a educação infantil como pilar do plano, destacando a necessidade de ampliar o acesso a creches e garantir a universalização para crianças de 4 a 5 anos, com atenção especial à qualidade. Defendeu um financiamento adequado e direcionado às regiões mais vulneráveis e sublinhou a importância da participação da sociedade civil, por meio de conselhos e fóruns, no monitoramento das metas. Informou ainda que o DF já iniciou o processo de elaboração de seu plano distrital, contando com uma comissão técnica e um estudo comparativo entre PNE e PDE para assegurar coerência com a realidade local.

Karine Silva Pereira, Coordenadora Regional de Ensino do Guará – CRE Guará, manifestou a honra de receber o evento na CRE e compartilhou sua experiência de mais de 30 anos como professora e gestora pública. Enfatizou que discussões dessa natureza são fundamentais para a melhoria da educação e para a construção de um plano bem estruturado e comprometido. Afirmou acreditar na possibilidade de uma educação pública de excelência e defendeu a busca constante pelos objetivos estabelecidos.

Anderson Pereira de Andrade, representante da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação – Proeduc - do Ministério Público do DF, agradeceu e parabenizou a comissão pelo trabalho realizado. Mencionou que o MP encaminhou sugestões à Comissão Especial do PNE por meio de um grupo de trabalho do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP. Destacou a importância da educação infantil, alertando para a baixíssima taxa de matrícula de crianças de 0 a 3 anos no DF, hoje em 31%. Explicou como se dá a atuação do Ministério Público na defesa do direito à educação, citando ações civis públicas que garantiram vagas em creches e a responsabilização de gestores. Criticou a falta de apoio aos conselhos de alimentação escolar, defendeu financiamento adequado citando os exemplos de Coreia, Estônia e Finlândia e apresentou sugestões para o novo PNE: adoção de metas mensuráveis com escalonamento anual mínimo de 10%, transformação do plano em programas operacionais nos estados e municípios, criação de uma instância nacional de governança e monitoramento, fortalecimento do INEP com plataforma virtual e dados desagregados, definição de regras para contingenciamento e controle de

gastos e responsabilização dos gestores públicos em casos de omissão intencional.

O ex-deputado federal e atual membro do Conselho Nacional de Educação, Professor Israel Batista, destacou o orgulho pelo trabalho da Deputada Tábata e a honra de Brasília sediar o encerramento dos debates. Centrou sua fala no impacto da Inteligência Artificial (IA) na educação, tema que considera o mais importante dos próximos 50 anos. Lembrou sua responsabilidade no CNE pelas diretrizes de tecnologia e pela regulamentação do uso de celulares nas escolas. Afirmou que a IA é uma tecnologia de propósito geral, de impacto revolucionário, capaz de criar novas formas de sentir, pensar e decidir. Ressaltou que, ao redigir textos, resolver deveres e simular diálogos, a IA exige que a escola ensine o essencial, sempre com mediação central do professor. Alertou ainda para os riscos da desinformação e das fake news produzidas por IA, citando como exemplo a circulação da notícia falsa sobre o “Brasil vendendo urânio para o Irã”. Defendeu, por isso, a inclusão da cidadania digital nas metas (Meta 6), a recomposição da aprendizagem com foco em habilidades socioemocionais e a formação de professores preparados para a mediação de vida.

Na sequência, Júlio Barros, do Sindicato dos Professores do Distrito Federal – SINPRO-DF, concordou que, sem financiamento, o PNE corre o risco de se tornar uma “mera carta de intenções”. Lembrou o histórico descumprimento das metas de aplicação do PIB em educação e fez um recorte histórico, mencionando o “golpe parlamentar” de 2016 e os ataques subsequentes à educação pública, como a Emenda Constitucional 95, a militarização de escolas, o projeto “escola sem partido”, a terceirização ilimitada e o elevado número de professores temporários. Defendeu a definição de metas intermediárias para responsabilizar governos, criticou a privatização da educação infantil e a ausência de eleições diretas para gestores e conselhos escolares. Reiterou a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Educacional, nos moldes da LRF, e alertou para o risco de um “apagão de professores” provocado pela desvalorização e pelos baixos salários. Ao final, defendeu a gestão democrática, rejeitou a meritocracia e a escolha técnica de gestores e conclamou pela popularização do PNE para que a sociedade se aproprie dele.

Entre as falas, também esteve a da estudante Laura Tavares, do Centro de Educação 03 - Guará, que agradeceu a oportunidade de participação dos alunos no processo político. Elogiou aqueles que lutam pelos direitos estudantis no Congresso, citou a Deputada Tábata Amaral como inspiração por sua trajetória vinda da escola pública e convidou os presentes a conhecerem sua instituição.

Na sequência, por motivos de força maior, a Deputada Tábata precisou se retirar. Antes de deixar o evento, agradeceu novamente aos participantes e assegurou que todas as contribuições seriam consideradas no relatório final, passando a coordenação dos trabalhos ao Deputado Gabriel Magno.

Representando o Sindicato dos Trabalhadores em Escolas Públicas no Distrito Federal - SAEDF, Vitor Hugo Martins de Borba, defendeu uma valorização que considere todos os profissionais da educação, não apenas docentes, mas também psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas e outros. Denunciou a

desvalorização salarial dessas carreiras no DF, que estão entre as piores e, em alguns casos, abaixo dos professores. Reforçou a necessidade de uma Lei de Responsabilidade Educacional para assegurar o cumprimento das metas e chamou atenção para a situação dos monitores da educação especial. Lembrou ainda a utilização de mais de 6 mil “educadores sociais voluntários”, fora do planejamento oficial, o que compromete a inclusão.

Rosa Amélia da Silva, Pró-Reitora de Ensino do Instituto Federal de Brasília, apresentou as proposições do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), com foco na Educação Profissional e Tecnológica. Defendeu a alteração da Meta 11 para manter em 50% a expansão das matrículas na EPT pública, revertendo a proposta de redução para 45% e evitando a privatização e a priorização de cursos de curta duração. Propôs uma meta específica para ampliar a oferta do ensino médio integrado à EPT, buscando 25% das matrículas totais até o fim da vigência do PNE, com 70% da expansão no setor público. Defendeu a interiorização da formação, de modo a eliminar barreiras de acesso ao ensino superior, especialmente para estudantes de escolas públicas e em vulnerabilidade social. Enfatizou também a necessidade de pesquisa, inovação, extensão tecnológica e empreendedorismo articulados aos setores produtivos locais e regionais. Registrou que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constitui uma política pública estruturante, presente em todos os estados com mais de 600 unidades, e pediu a uniformização da terminologia para “Educação Profissional e Tecnológica”. Na Meta 4, defendeu o fortalecimento da articulação entre educação básica e EPT, ampliando matrículas gratuitas e integradas, com atenção especial às populações do campo, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência.

Trajano Jardim, vice-presidente do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares do Distrito Federal – SINPRO - EP, chamou atenção para o descumprimento de metas do PNE, que qualificou como uma “tradição perversa”. Criticou a privatização do ensino e apontou a falta de fiscalização das escolas particulares, definidas por ele como uma “terra de ninguém”. Denunciou ainda a precariedade das condições de trabalho de 23 mil professores da rede privada do DF, marcadas pela ausência de direitos e pelo assédio moral. Criticou o “cartão creche” como mecanismo de privatização que leva ao descumprimento de convenções coletivas e mantém salários baixos. Defendeu, por fim, que o ensino privado seja regulamentado no âmbito do PNE.

O público, que havia sido convidado a se inscrever ao longo das exposições da mesa, também teve espaço para contribuir. Nesse momento, William Dornelas, professor, reiterou a necessidade de responsabilização e fiscalização dos gestores no cumprimento das metas do plano. Sugeriu que a Meta 17 seja tratada como a primeira do PNE, diante da urgência do problema, que chamou de “apagão de profissionais”, e da importância dessa valorização para a adesão ao plano.

Karen Calixto, do Mapa Educação e Rede de Cursinhos Populares, defendeu que muitas soluções para os desafios educacionais já estão em prática em diferentes regiões do Brasil. Sugeriu, por isso, que sejam identificadas, ouvidas

e apoiadas, de modo a auxiliar gestores sobrecarregados em sua implementação.

Ediran, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação DF, reforçou o pedido pela criação de uma Lei de Responsabilidade Educacional com sanções claras, nos moldes da LRF. Mencionou que resoluções sobre carreira e valorização dos profissionais não são cumpridas justamente pela ausência de mecanismos de sanção. Defendeu ainda o fortalecimento do controle social e do acompanhamento dos recursos, observando que os conselhos de educação hoje funcionam muitas vezes apenas como “meras formalidades”.

Natália Assunção, mestranda da UnB, agradeceu a menção do combate à LGBTQIA+fobia feita pelo Deputado Distrital Gabriel Magno e questionou a necessidade de garantir, no PNE, a erradicação de todas as formas de preconceito baseadas em gênero e orientação sexual, lembrando experiências anteriores em que tais temas foram retirados do texto.

Katia Valéria, do Centro de Educação Infantil Estrutural, chamou atenção para o impacto negativo dos contratos temporários na qualidade pedagógica, uma vez que a insegurança compromete o trabalho docente. Defendeu a contratação de efetivos e a convocação dos aprovados em concursos, ressaltando também a necessidade de auxiliares na educação infantil e nos anos iniciais para assegurar alfabetização de qualidade. Propôs iniciar a educação profissional e tecnológica já no 9º ano do fundamental para apoiar os projetos de vida dos alunos e criticou restrições que impedem gestores e pedagogos de cursarem mestrado ofertado pelo MEC por exigência de estarem em “regência”. Relatou dificuldades ligadas à interferência de outros órgãos no trabalho pedagógico e à burocracia dos sistemas de gestão financeira escolar.

Priscila Mesquita, vice-diretora do Centro Interescolar de Línguas de Guará, apresentou a realidade do Centro de Línguas, que atende 4 mil alunos em cinco idiomas e diversas faixas etárias, levantou problemas de segurança pela ausência de uniformes e defendeu a revisão da lei que proíbe câmeras em salas de aula. Relatou ainda a pressão recorrente pelo fechamento da sala de recurso para alunos com deficiência, o que limitaria o acesso desses estudantes a cursos de línguas.

Paulo dos Santos ressaltou os avanços na construção de escolas pelo país e compartilhou sua própria experiência de dificuldade para acessar o ensino de línguas, que era pago e sem incentivos. Demonstrou preocupação com a dependência digital e com o uso da inteligência artificial, que podem comprometer a capacidade de raciocínio da juventude e favorecer o desenvolvimento de “doenças cronicamente negativas”. Defendeu, por isso, mais incentivos para a educação infantil e para programas voltados ao ensino fundamental.

Weila Almeida, assistente social da Secretaria de Educação, falou sobre o trabalho desenvolvido no Distrito Federal para a construção de uma política pública voltada às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, com foco em sua reinserção social. Defendeu ainda que o novo PNE

inclua explicitamente esse grupo, bem como a pessoa idosa, entendendo a educação como um direito e como estratégia de inclusão.

Ao final, o Deputado Gabriel Magno reassumiu a presidência da mesa e reforçou que todas as contribuições seriam sistematizadas e encaminhadas para o relatório do PNE 2024–2034.